

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

Agricultura Familiar em Rio Claro – S.P.: em busca de alternativas para permanência no campo

Fernando Amorim Rosa

Prof^a. Dr^a. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Rio Claro (SP)

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

Fernando Amorim Rosa

Agricultura Familiar em Rio Claro – S.P.: em busca de
alternativas para permanência no campo

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP
2012

630 Rosa, Fernando Amorim
R788a Agricultura familiar em Rio Claro - S.P : em busca de
alternativas para permanência no campo / Fernando Amorim
Rosa. - Rio Claro : [s.n.], 2012
60 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e
Ciências Exatas
Orientador: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

1. Agricultura 2. Atividades agrícolas. 4. Atividades não
agrícolas. 5. Políticas públicas. I. Título.

Fernando Amorim Rosa

Agricultura Familiar em Rio Claro – S.P.: em busca de alternativas para permanência no campo

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (orientadora)

Samuel Frederico

Adriano Corrêa Maia

Rio Claro, 06 de dezembro de 2012.

Assinatura do aluno

Assinatura da orientadora

*Aos meus
pais, cujo apoio e
amizade me
permitiram chegar
até aqui, dedico este
trabalho.*

Agradecimentos

No decorrer desta caminhada, que não se encerra neste trabalho, muitos foram os que somaram, mesmo que sem se dar conta, para que chegássemos até o fim desta etapa. Portanto, dedico, neste momento, meus mais sinceros agradecimentos a todos que a sua maneira contribuíram nesta construção.

Presto meus primeiros agradecimentos a meus pais, incansáveis no apoio, solidariedade e amizade em todos os momentos, sem os quais não poderia estar aqui agradecendo a todos.

Agradeço, aqui, a meu irmão, que com sua prosa *pretensiosamente despretensiosa*, sempre busca nos entender e apontar caminhos.

Agradeço também a Mariéle pelo companheirismo e compreensão, se fazendo presente em minha vida por todo este tempo.

Agradeço à professora Darlene pela paciência, amizade e orientação, não apenas neste trabalho, mas durante todos estes anos.

Agradeço aos amigos, de forma geral, pois seria impossível fazer aqui distinções, bando de “botequeiros” responsáveis por tantas alegrias, mas também força e apoio quando necessário.

Agradeço ao CNPq pelo auxílio financeiro prestado a esta pesquisa.

Agradeço a todos os amigos do NEA pela amizade e trabalho em grupo que tanto colaboraram para a elaboração deste trabalho.

Agradeço as Secretarias Municipais de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura, Turismo e Ação Social pelo apoio e colaboração à realização desta pesquisa.

Encerro, assim, agradecendo a todos que encontrei nesta estrada, aos que já estavam nela quando cheguei, aos que permanecem e aos que partiram, pela contribuição prestada a este caminhar.

*“Vira usinas comer
as terras que iam encontrando;
com grandes canaviais
todas as várzeas ocupando.
O canavial é a boca
com que primeiro vão devorando
matas e capoeiras,
pastos e cercados;
com que devoram a terra
onde um homem plantou seu roçado;
depois os poucos metros
onde ele plantou sua casa;
depois o pouco espaço
de que precisa um homem sentado;
depois os sete palmos
onde ele vai ser enterrado.”*

João Cabral de Melo Neto (1953)

RESUMO

Ao voltarmos nossas atenções para o campo brasileiro notamos que este apresenta como uma de suas características mais marcantes a diversidade espacial e as diferentes formas de organização do espaço decorrentes desta diversidade, atrelada a distintos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais. Tal diversidade e multiplicidade de contextos têm resultados que não se limitam ao espaço agrário, mas que extrapolam as fronteiras do mundo rural, levando a diferentes formas de organização e estruturação também de áreas urbanas. A formação e gestão dos espaços rurais têm se constituído como um atributo da produção agrícola que no decorrer de séculos fez desaparecer ou diminuir parcelas significativas de áreas naturais. Em muitos lugares a intensificação da produção se dá face à satisfação de mercados globalizados e cuja rentabilidade permite a reprodução de suas condições produtivas. Em outras áreas as dificuldades de acesso ao mercado e a proximidade de centros urbanos bastante desenvolvidos fazem com que ocorra o abandono da atividade agrícola e a manutenção da propriedade sem produção ou com a realização de serviços específicos (turismo, por exemplo). Tal processo desencadeia uma complexidade de fatores que tem demarcado o ritmo das áreas rurais no Brasil. Assim, neste trabalho buscou-se compreender toda a problemática do “rural” no município de Rio Claro - SP e qual o papel desempenhado e a situação em que se encontra a agricultura familiar em áreas de urbanização avançada, como é o caso da área deste estudo, onde a agricultura não se apresenta como o carro chefe da economia. Buscou-se, desta forma, identificar quais atividades e práticas socioespaciais são desenvolvidas na área rural do município. Procurando-se, também, compreender a atuação das políticas públicas na promoção e incentivo às atividades já desenvolvidas ou mesmo à outras atividades que possam representar a possibilidade de reprodução social e territorial das famílias no campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Atividades agrícolas. Atividades não agrícolas. Políticas públicas.

ABSTRACT

As we focusing in the Brazilian rural area we see that it presents the spatial diversity and the different organization forms of the space arising from its diversity, tied to the different economic, social, politic and cultural contexts .These contextual diversities bring results that is not limited to the agrarian sector, but get beyond the border of the rural world, taking different ways of organization and structuring in the urban areas. The building and management of the rural spaces are constituted as an attribute of the agricultural production that in the course of the centuries made disappear and reduce significant proportions from the natural areas. In many places, the intensification of the production process gives satisfaction to the globalized markets and that return allows the reproduction of the productive conditions. In other areas the access difficulties to the market and the proximity to the developed urban centers cause the abandonment of the agricultural activity and the maintenance of property without production or with specific services (tourism, for example). That process triggers a multiplicity of factors that are defining the pace of the rural areas in Brazil. This work sought to understand all the deals of the "rural" county of Rio Claro-SP and what's the role and the situation that we find the familiar agriculture in the advanced urban areas, which is the case of this study. Where the agriculture doesn't represent the flagship of the economy. It was the intention, identify what activities and practices socio-spatial are developed in the county rural area. Trying to understand the public politics acts in the promotion and encouragement to the already developed activities or even other activities that can represent the possibility of a social and territorial reproduction of the families on the country.

Keywords: Familiar agriculture. Agrarian activities. Non agricultural activities. Public politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	17
CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP	19
<i>Dos aspectos sociais, econômicos e demográficos.</i>	19
<i>Da estrutura fundiária</i>	22
DA REALIDADE ENCONTRADA	25
DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	37
O DISTRITO DE FERRAZ	43
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	48
CONCLUSÕES	56
REFERÊNCIAS	59

Introdução

Ao voltarmos nossas atenções para o campo brasileiro notamos que este apresenta como uma de suas características mais marcantes a diversidade espacial e as diferentes formas de organização do espaço decorrentes desta diversidade, atrelada a distintos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais. Tal diversidade e multiplicidade de contextos têm resultados que não se limitam ao espaço agrário, mas que extrapolam as fronteiras do mundo rural, levando a diferentes formas de organização e estruturação também de áreas urbanas (FERREIRA, 2012).

Com o advento da chamada “Revolução Verde” e a consequente tecnificação acelerada de certas atividades, somado a um peso cada vez maior da exportação de *commodities* na balança comercial nacional, o que se assiste é a reestruturação ou mesmo surgimento de cidades e regiões funcionais a este tipo de atividade, com suas dinâmicas internas obedecendo a lógicas externas, tais cidades são as chamadas “cidades do agronegócio”.

Tal processo de tecnificação das atividades agrícolas inicia-se, sobretudo, nas décadas de 60-70 do século XX, no cenário da dita modernização e industrialização brasileira, que tinha no modelo de substituição de importações a base para o desenvolvimento econômico que se buscava. Este processo trazia consigo a carga ideológica de que a modernização do campo viria face a superação das “ultrapassadas” e “arcaicas” relações de produção representadas pela agricultura familiar e camponesa. Neste contexto, dá-se o que muitos autores comumente chamam de “modernização conservadora” do campo brasileiro, tendo em vista que esta apenas fez agravar os seculares problemas das desigualdades e concentração fundiária existentes no país.

Com base nesta representação¹ de oposição entre agricultura familiar (atrasada) e agronegócio (moderno), as questões relativas à agricultura familiar passam a serem tratadas no âmbito das responsabilidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), enquanto os assuntos relativos ao agronegócio são tratados pelo Ministério da

¹ Representação esta, repleta de intencionalidade. Usada para justificar total apoio e investimentos, por parte do Estado, na expansão do agronegócio.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Sobre esta divisão Sabourin (2009) aponta que,

Esta medida só fez cristalizar a representação, já bastante presente no âmbito do ministério da agricultura, de uma agricultura dualística: uma agricultura capitalista empreendedora, exportadora, ante uma pequena produção camponesa de subsistência, atrasada.

Desde então, esta visão foi fortalecida por uma oposição cada vez mais radical, institucionalizada no âmbito do estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva, proporcionando divisas (qualificada de agronegócio, por referência ao agro-business americano), e uma agricultura familiar improdutiva, associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte (SABOURIN, 2009, p. 40).

O papel desempenhado pelas cidades neste contexto – de servir ao chamado campo moderno com os bens e serviços de que este necessita – acaba por estreitar as relações entre o campo e a cidade, gerando nestas regiões uma nova realidade, que rompe com a tradicional visão de dicotomia existente entre estes dois espaços. Assim, a produção agrícola e agroindustrial intensiva exige que os espaços urbanos próximos ao espaço agrícola racionalizado se adaptem para atender às suas principais demandas, em virtude de fornecerem parte dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização (ELIAS, 2011).

Ainda sobre a relação campo-cidade temos que,

Nas regiões produtivas agrícolas a oposição clássica entre a cidade e o campo torna-se bastante relativizada e a noção de complementaridade ganha mais força e importância. Tudo isso nos leva a dizer que as próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo estão soldando a união contraditória que separou no início de sua expansão: a indústria e a agricultura, a cidade e o campo (ELIAS, 2011, p. 160).

Em decorrência da maior atenção por parte do Estado a este tipo de atividade, com o incentivo à produção de *commodities* em larga escala, priorizando o monocultivo, outras formas de agricultura e outros tipos de agricultores como os familiares,

assentados e populações tradicionais tem sua capacidade de trabalho e reprodução social e territorial muitas vezes limitada, forçando tais grupos a buscarem alternativas que garantam a geração de renda para suas famílias, assim, muitas vezes a solução para tais situações é encontrada na migração para as cidades e/ou no desenvolvimento de atividades não agrícolas. Associado ao êxodo rural e à expulsão/expropriação de pequenos agricultores e comunidades tradicionais, o modelo agroexportador agora reforçado pela atual reprimarização da economia brasileira agrava ainda mais a realidade da grande concentração fundiária que atravanca o desenvolvimento do país.

Os processos supracitados estão entre os que ajudam a evidenciar a refuncionalização do espaço agrícola, por meio do aumento da racionalização deste, uma vez que passa a ter forte densidade técnica e normativa, e já evidencia outro processo também bastante significativo associado, qual seja, o de destruição de saberes e fazeres historicamente construídos, porquanto, como a difusão do agronegócio não se dá sobre espaços desocupados, inviabiliza a atividade para milhares de pequenos agricultores, que viviam da subsistência ou da produção simples de mercadorias. Estes são expropriados ou expulsos, em grande parte, gerando muitos conflitos sociais (ELIAS, 2011, p. 158).

A concentração fundiária e toda a gama de problemas dela decorrentes é, vergonhosamente, traço histórico da realidade agrária do país, sendo denunciada já há mais de meio século na clássica obra de Josué de Castro, *Geografia da Fome*, de 1946. Assim, nas palavras do autor, todo esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura tropeça neste arcabouço arcaico da infraestrutura agrária, verdadeira armadura contra o progresso econômico e social do país.

Tal realidade traz consigo consequências de toda ordem, cabendo, aqui, apontar a atual preocupação em relação à segurança alimentar e à degradação dos recursos naturais, sendo ambos problemas combatidos com políticas públicas e programas de assistência e incentivo ao modo de produção familiar que historicamente tem se mostrado como o grande responsável pela produção de alimentos, manutenção dos recursos naturais e geração de empregos no campo.

Historicamente a agricultura familiar com suas formas de produção sobreviveu em áreas marginais às grandes propriedades exportadoras, produzindo bens

complementares ou dirigidos ao comércio local (SILVA, 1980 apud SILVA, [s/d]. A agricultura familiar no Brasil tem travado uma luta constante pelo acesso à terra e às condições para nela se manter e reproduzir socialmente. Assim, a propriedade da terra é percebida como uma condição necessária para ser produtor rural. É através dela que o agricultor tenta assegurar sua condição específica, que o diferencia do trabalhador assalariado, dependente da grande propriedade (WANDERLEY, 1995).

A agricultura familiar no Brasil enfrentou um quadro macroeconômico adverso, marcado pela instabilidade monetária e inflação elevada, presença de uma política agrícola favorável aos produtores patronais em detrimento de iniciativas voltadas para a agricultura familiar, políticas públicas comerciais e cambiais desfavoráveis e serviços públicos deficientes de apoio ao desenvolvimento rural (BUAINAIN et al, 2005 apud SILVA, [s/d]).

Contudo, apesar de todas as dificuldades e entraves ao seu desenvolvimento, a agricultura familiar tem encontrado estratégias de resistência e adaptação, diversificando suas fontes de renda. Dentre estas estratégias podemos citar a diversificação da produção; a agregação de valor aos produtos por meio de processamento e/ou formas diferenciadas de comercialização; aumento da escala de produção ou da produtividade de atividades específicas; estratégias educacionais; dentre outras. Portanto, a formulação de políticas públicas que fortaleçam estas estratégias de resistência é fundamental.

A realidade do “agro” no país se mostra contraditória e desigual, com um campo que produz e exporta produtos agropecuários em larga escala e que ao mesmo tempo concentra riqueza e gera áreas com grande densidade de miséria, já que é no campo que a fome e a pobreza se apresentam de maneira mais intensa. O mundo rural tem a maior densidade de pobreza no Brasil, embora, em termos absolutos, o maior número de pobres esteja no espaço urbano, onde está também mais de 80% da população brasileira (BUARQUE... [et.al], 2012, p.181).

(...) a pobreza é um fenômeno coletivo de múltiplas determinações presentes em cada território. Dessa forma, concordando com o conceito geral de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, destaca a necessidade de observar e enfrentar a multiplicidade de causas e determinantes da condição de pobreza (BUARQUE... [et.al], 2012, p.181).

Estas condições contrastantes do campo brasileiro apresentam múltiplas causas e determinantes, relacionando-se em um processo dialético, onde uma condição reforça outra. Sobre esta relação Silva nos mostra que de acordo com Delgado (2005),

(...) há contradição entre a expansão do grande agronegócio que domina as principais cadeias produtivas, e o desenvolvimento da agricultura familiar e do emprego agrícola, pois esta expansão ocorre com restrições da demanda interna de bens e serviços, de oportunidades de empregos, ao mesmo tempo que mantém amplas áreas improdutivas (a elevação da renda da terra e do ganho patrimonial incide sobre a totalidade do estoque de terra produtiva e improdutiva que controlam)(SILVA, [s/d], p.3) .

Sobre o trecho citado acima, no que diz respeito à escassez e restrição do emprego agrícola, recorremos a outro clássico da literatura latino americana, *As Veias Abertas da América Latina*, que, infelizmente, mais de 40 anos após seu lançamento, ainda não perdeu sua atualidade, como lamenta o autor, Eduardo Galeano. Ao denunciar a ação espoliativa do capital estrangeiro na América Latina e a consequente marginalização dos trabalhadores, o autor nos fala que,

A perpetuação do regime vigente de propriedade da terra não só aguça o crônico problema da baixa produtividade rural, pelo desperdício de terra e capital nas grandes fazendas improdutivas e o desperdício de mão de obra na proliferação dos minifúndios, como também deriva numa drenagem caudalosa e crescente de trabalhadores desempregados em direção às cidades. O subemprego rural transforma-se em subemprego urbano (GALEANO, 1970, p. 328).

Os problemas da fome e da pobreza não representam um fato novo na realidade brasileira. Ao longo da história o Brasil sempre se apresentou como um país desigual e excludente. Tais problemas se manifestam de forma intensa no campo, onde em consequência do abandono por parte do Estado e também do incentivo deste à expansão do agronegócio baseado na grande propriedade monocultora, exportadora de *commodities*, as famílias agricultoras se encontram, muitas vezes, praticamente “impedidas” de produzir em suas terras e garantir o seu sustento.

A pobreza se caracteriza pela sua heterogeneidade e amplitude de efeitos sobre as pessoas, manifestando-se de forma distinta nas várias regiões do país. De um modo geral, a pobreza é entendida como resultado da falta de acesso dos cidadãos aos bens e serviços necessários à obtenção de uma vida saudável. Para tanto, o enfrentamento da pobreza deve ser entendido como um processo de promoção de cidadania e de democratização da sociedade, a começar pelo acesso a um dos bens mais sagrados do ser humano que é o direito de se alimentar dignamente (MATTEI, 2007, p. 2).

A formação e gestão dos espaços rurais têm se constituído como um atributo da produção agrícola que no decorrer de séculos fez desaparecer ou diminuir parcelas significativas de áreas naturais. Em muitos lugares a intensificação da produção se dá face à satisfação de mercados globalizados e cuja rentabilidade permite a reprodução de suas condições produtivas. Em outras áreas as dificuldades de acesso ao mercado e a proximidade de centros urbanos bastante desenvolvidos fazem com que ocorra o abandono da atividade agrícola e a manutenção da propriedade sem produção ou com a realização de serviços específicos (turismo, por exemplo). Tal processo desencadeia uma complexidade de fatores que tem demarcado o ritmo das áreas rurais no Brasil.

O espaço agrário no município de Rio Claro-SP não difere do contexto descrito acima, apresentando contradições, desigualdades e, sobretudo abandono - por parte do poder público – existentes em outras áreas do território brasileiro. O município se insere em uma região de intensa urbanização e atividade industrial, que esta sob forte influência da monocultura canavieira, adotada como a matriz de sua produção agrícola. Assim, os agricultores familiares do município, como em tantas outras áreas do país, sofrem com a opção do Estado por políticas que priorizam o agronegócio e a exportação, responsáveis pela geração de divisas e pelo tão exaltado crescimento econômico, mas que sozinho não é capaz de garantir o real desenvolvimento humano de que necessita a sociedade brasileira. Mas nem por isso estes agricultores deixam de lutar. Muitos buscam alternativas que possam contribuir para a permanência de suas famílias no campo, sendo que em muitos casos estas alternativas podem representar o desenvolvimento de atividades não agrícolas seja por um membro da família, seja por todo o núcleo familiar, fora ou mesmo dentro de suas propriedades.

Uma das formas conceituais de entendimento de uma parte dessa realidade, resultado das “novas” dinâmicas do espaço rural, seria através da aplicação da noção de multifuncionalidade. A diferenciação de atividades nas unidades de produção agropecuárias não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo”, o contexto de multifuncionalidade.

Em decorrência desses fatos, muitas propriedades agrícolas têm alcançado o seu rendimento através de elementos externos aos limites de suas divisas, em atividades não agrícolas. Assim, a diversidade do campo torna-se um componente central que concebe uma multiplicidade de rurais, além de conformar novas articulações com o espaço urbano.

Já são desenvolvidas no município algumas atividades não agrícolas que representam uma alternativa para a geração de renda das famílias rurais. São atividades como pesque-pagues, ecoturismo, turismo histórico e arquitetônico. Para as quais o poder público municipal por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura² e da Secretaria Municipal do Turismo³ vem dedicando esforços no sentido de ampliá-las e diversificá-las.

Diante do exposto, o presente estudo busca traçar um panorama da realidade do campo no município de Rio Claro – SP, levando em conta suas especificidades, mas também, analisando em que medida a realidade local não foge ao padrão apresentado pelo conjunto do país.

Assim, neste trabalho buscou-se compreender toda a problemática do “rural” no município e qual o papel desempenhado e a situação em que se encontra a agricultura familiar numa área de urbanização avançada, como é o caso da área deste estudo, onde a

² As Secretarias da Agricultura e de Ação Social do Município de Rio Claro estão envolvidas respectivamente nos programas governamentais Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

³ A Secretaria de Turismo vem mobilizando recursos no desenvolvimento de políticas públicas com projetos de estímulo ao turismo interno do município, com visitas monitoradas aos pontos ligados à história, cultura e sociedade rio-clarense, particularmente, na área rural. Uma tentativa de criar um roteiro específico para turismo rural foi efetuada numa parceria entre as Secretarias de Turismo e Agricultura. O roteiro incorporou uma área específica do município com destaque para o turismo histórico e arquitetônico, além da gastronomia e artesanato. O número de produtores envolvidos foi pequeno, mas a iniciativa chamou a atenção de outros que gostariam de ter suas propriedades incluídas.

agricultura não se apresenta como o carro chefe da economia. Buscou-se, desta forma, identificar quais atividades e práticas socioespaciais são desenvolvidas na área rural do município. Procurando-se, também, compreender a atuação das políticas públicas na promoção e incentivo às atividades já desenvolvidas ou mesmo à outras atividades que possam vir a representar a possibilidade de reprodução social e territorial das famílias no campo.

Do desenvolvimento da pesquisa

Na primeira etapa de desenvolvimento do trabalho⁴ realizou-se pesquisa documental, utilizando-se para isso fontes de informação secundária, visando o levantamento do máximo de informações possível a respeito da agricultura e dos agricultores no município. Para isso foram utilizados documentos oficiais, reportagens de jornais e revistas locais, dados disponibilizados via internet, material cartográfico impresso e digital, assim como quaisquer outras fontes de informação que pudessem fornecer informações prévias a respeito da temática a se investigar.

Foram realizados, também nesta etapa, os contatos iniciais com o poder público municipal, sobretudo por meio da Secretaria Municipal do Turismo e da Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Silvicultura. Secretarias estas que viriam a se tornar importantes parceiras durante todo o decorrer da pesquisa, mas principalmente sendo de extrema importância no referente ao apoio logístico, fornecendo veículos e pessoal para o transporte durante a execução dos trabalhos de campo. Cabendo aqui ressaltar que o conhecimento empírico da área rural do município por parte de alguns funcionários das referidas Secretarias municipais foi de vital importância para o desenvolvimento da etapa de trabalhos de campo.

Durante a segunda etapa foram realizados os trabalhos de campo com a aplicação de questionários junto aos produtores rurais do município, cujas áreas das propriedades não ultrapassassem 50 hectares, tendo como parâmetros Diniz (1984) que propõe a análise da agricultura segundo os elementos internos e externos, seguindo o modelo sugerido pela UGI (União Geográfica Internacional). Como elementos internos analisamos dados sociais (proprietários/produtores e unidades produtivas), funcionais (sistemas produtivos) e de produção (produtos, produtividade, mercado, agroindústrias) relativos às famílias produtoras. No contexto externo tratou-se das características econômicas, ecológicas, demográfico-culturais e políticas dos produtores familiares rio-clarenses.

⁴ O presente trabalho é fruto de participação nas atividades de pesquisa do Núcleo de Estudos Agrários – NEA, da UNESP, campus de Rio Claro – SP.

A etapa dos trabalhos de campo foi iniciada com visitas e aplicação de questionários junto aos produtores rurais do bairro rural⁵ da Mata Negra, próximo ao distrito rural de Ajapi ao norte do município. Após isso a execução dos trabalhos de campo se realizou circundando o município, descrevendo um movimento em sentido anti-horário, de forma a cobrir toda a sua área rural.

Após o bairro rural da Mata Negra os trabalhos de campo foram dirigidos ao distrito rural de Ferraz, próximo ao limite entre os municípios de Rio Claro - SP e Corumbataí – SP.

Do referido distrito prossegui-se com os trabalhos de campo de forma a se visitar o maior numero possível de estabelecimentos rurais, objetivando a aplicação dos questionários na totalidade das aproximadamente 900 unidades de produção agropecuária (UPAs) com o limite máximo de 50 hectares de área existentes no município de acordo com o Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA) 2007/2008. Cabe aqui citar as localidades onde foram identificadas as maiores concentrações de pequenas propriedades rurais, como é o caso dos bairros rurais da Jacutinga, Santana do Urucaia, Itapé, Sitinho, Fazenda Velha e Campo do Cocho.

Como complementação à etapa de trabalhos de campo foram realizadas entrevistas com representantes dos órgãos públicos, assim como entidades e associações ligadas à agricultura no município, objetivando a apreensão e captação dos principais componentes da problemática rural. Dentre estas atividades podemos destacar os diálogos com o secretário de agricultura, a diretora de abastecimento, a Associação dos Apicultores de Rio Claro – APIRC e a Associação dos Agricultores Familiares de Rio Claro e Região.

⁵ “Bairro rural” é a terminologia utilizada pelos próprios moradores das áreas rurais para se referir a localidades não institucionalizadas, mas que definem territórios específicos.

Caracterizando o município de Rio Claro - SP

Neste capítulo procura-se fazer uma caracterização do município, no que diz respeito a seus aspectos sociais, demográficos, econômicos e sua estrutura fundiária. Utilizando-se, para isso, de dados fornecidos por entidades públicas de pesquisa.

Dos aspectos sociais, econômicos e demográficos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) o município de Rio Claro - SP conta com 186.253 habitantes distribuídos por sua área que é de 498.707 Km² (área da unidade territorial). Esta população se distribui de maneira desigual dentro dos limites territoriais do município, sendo que a grande maioria dos habitantes se concentra na área urbana, como podemos notar no gráfico a seguir.

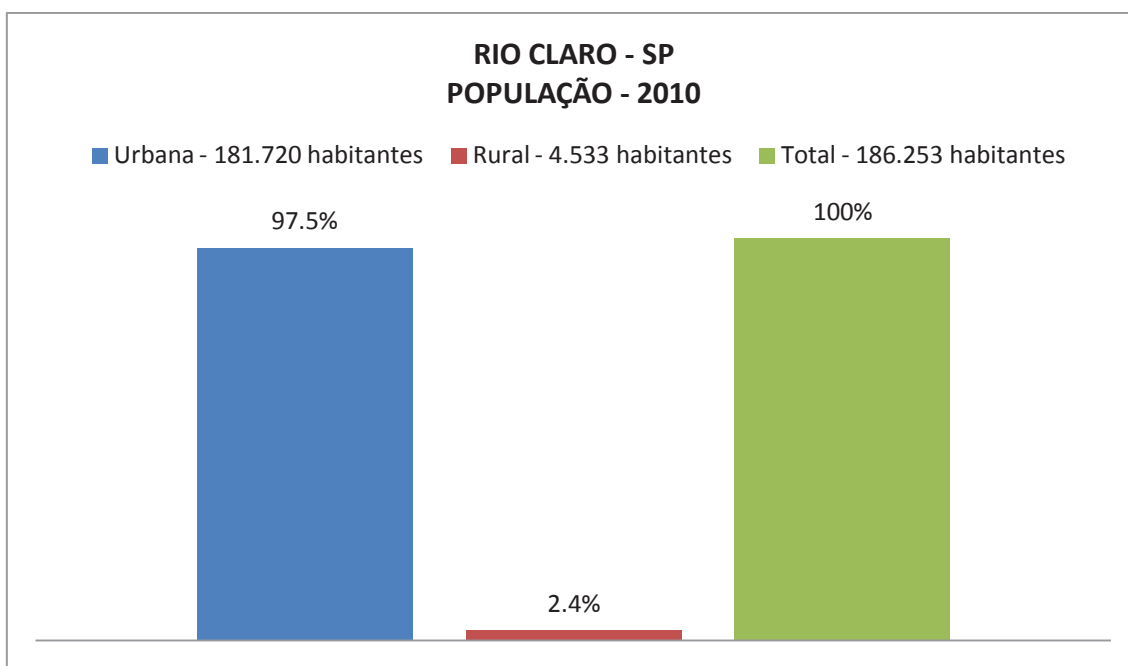


Figura 1. População residente/Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Inserido em uma região de urbanização avançada e forte presença da atividade industrial, o município de Rio Claro – SP tem no setor de serviços o seu maior gerador de divisas, seguido pela indústria e em terceiro lugar observa-se a agropecuária. O grau de importância de cada um dos três setores citados para o município segue um padrão que é também do estado de São Paulo e do conjunto do país.

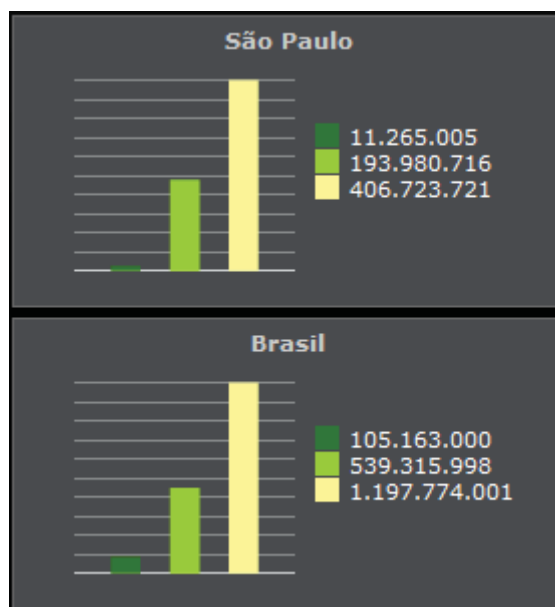


Figura 2. Valor adicionado ao PIB (por setores da economia) – São Paulo e Brasil/Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Seguindo o padrão apresentado, a figura 3 demonstra a participação de cada setor da economia no valor total do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

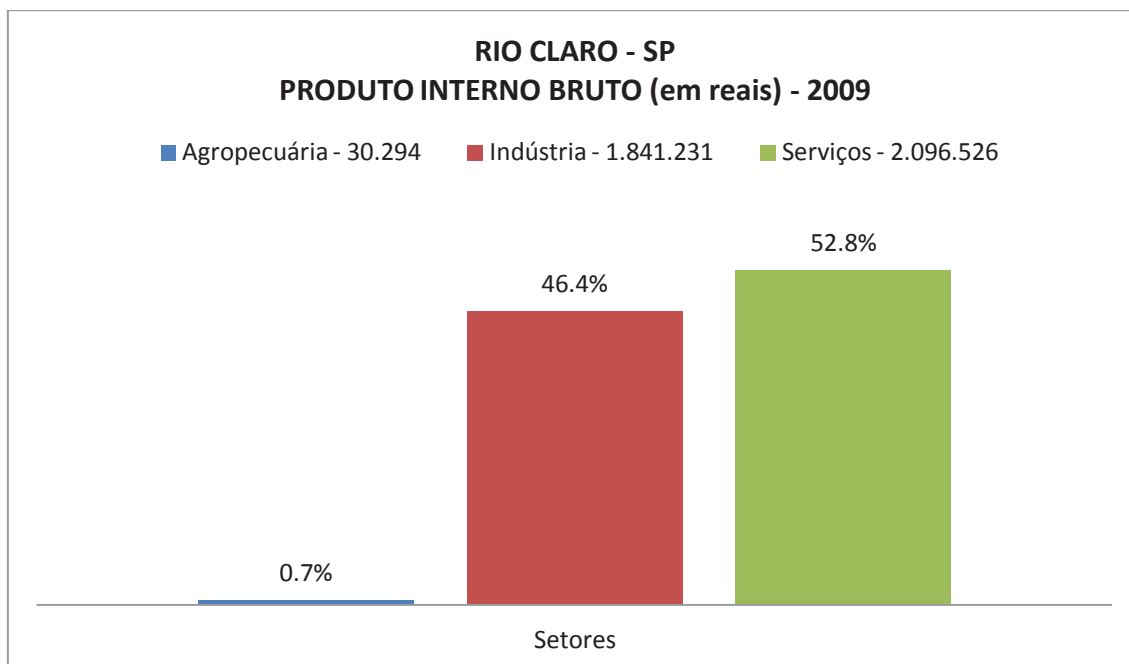


Figura 3. Produto Interno Bruto (Valor Adicionado)/Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Ao observar o gráfico acima notamos a baixíssima participação da agricultura no PIB do município. Pode-se dizer que esta condição decorre da característica urbano-industrial do município, mas é preciso dizer que a situação ocorre também devido à insuficiência das políticas de estímulo a produção agropecuária de caráter familiar, perpetuando o predomínio da monocultura da cana de açúcar no campo, seguindo o modelo agroexportador adotado pelo país para servir a mercados globais. Assim, a opção por este modelo leva a um campo vazio, em decorrência do êxodo dos trabalhadores para áreas urbanas, visto que a cultura canavieira emprega pouca mão de obra e esta é de caráter sazonal. É preciso ainda ressaltar que as usinas de cana de açúcar que dominam a produção deste cultivo no município não pertencem a este, estando situadas em municípios vizinhos, ficando, portanto, as divisas que poderiam ser geradas para Rio Claro com a arrecadação de impostos, na economia de outros municípios. Toda esta conjuntura de falta de estímulo a produção familiar e opção pelo modelo agroexportador se reflete em áreas rurais vazias e baixa participação da agropecuária no PIB municipal.

Da estrutura fundiária

O município de Rio Claro – SP faz parte do Escritório de Desenvolvimento Rural – EDR de Limeira – SP, localizado no centro-leste do estado, região sob forte influência da monocultura da cana de açúcar, contexto este que muitas vezes atua limitando as possibilidades de desenvolvimento da agricultura de base familiar como discutiremos mais a frente.

No que diz respeito a sua estrutura fundiária a realidade de Rio Claro – SP não é diferente da realidade do conjunto brasileiro, apresentando forte concentração fundiária.

De acordo com o Projeto LUPA - Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (2007-2008), de responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, dentre um total de aproximadamente 990 estabelecimentos rurais existentes no município, aproximadamente 874 medem até 50 ha (estrato de área máximo dos estabelecimentos com os quais trabalhou-se). Dentre estes estabelecimentos, o projeto do qual esta pesquisa faz parte obteve um total de 550 entrevistas.

A tabela 1 mostra o panorama descrito acima.

Tabela 1. Unidades de Produção Agropecuária (por estrato de área)

Área em hectares	Nº de unidades	%
0-1	18	1,8
1-2	24	2,4
2-5	122	12,3
5-10	163	16,4
10-20	241	24,3
20-50	306	30,9

Total até 50 ha	874	88,2
50-100	74	7,4
100-200	28	2,8
200-500	9	0,9
+ de 500	5	0,5
Total de unidades	990	100

Fonte: LUPA 2007/2008; organização dos dados: FERREIRA, D.O.A.; ROSA, F.A., 2012.

Com base na tabela 1 notamos que 88,2 % dos estabelecimentos rurais do município se enquadram no estrato de área máximo das propriedades rurais com as quais se propôs trabalhar, perfazendo, como dito anteriormente, um total de 874 propriedades. Buscou-se sempre durante a pesquisa trabalhar com a totalidade destas unidades de produção, porém não foi possível se realizar a aplicação de questionários em todo este conjunto, visto que em muitas propriedades não foi possível o acesso, estavam fechadas, não são utilizadas para fins de moradia permanente ou mesmo os moradores se recusaram a participar da pesquisa.

Observando os dados do LUPA 2007/2008 notamos que 70% dos estabelecimentos ocupam em torno de 40% das áreas, enquanto somente 0,40% ocupam aproximadamente 25% das terras agricultáveis do município.

Tomando as Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs) em números absolutos a realidade da concentração fundiária no município se torna ainda mais evidente. Ainda de acordo com o LUPA 2007/2008 temos 14 UPAs com mais de 200 hectares de área ocupando 12.803 hectares, ou seja, 34,5% da área agricultável do município.

Quando tomamos as UPAs com mais de 1000 hectares notamos apenas 4 estabelecimentos rurais ocupando uma área de 9.248,9 hectares, ou seja, 24,9% das terras do município.

O gráfico abaixo mostra o número de propriedades rurais por estrato de área obtido na pesquisa. Quando comparado aos dados do LUPA 2007/2008 os números apresentam certa divergência, mas esta diferença não se torna grandemente significativa ao levarmos em conta que não foi possível realizar a aplicação de questionários em todos os estabelecimentos rurais do município, por fatores elencados anteriormente.

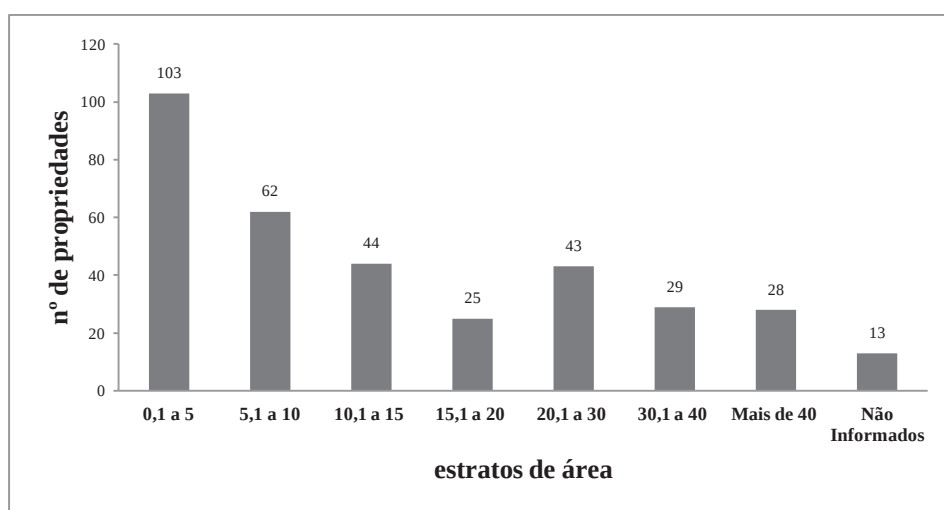


Figura 4. Número de propriedades por estrato de área (em hectares)/Fonte: FERREIRA, 2012.

Da realidade encontrada

A opção por trabalhar com o grupo de agricultores cujas propriedades têm no máximo 50 hectares de área se diferencia da metodologia utilizada habitualmente – inclusive para que o agricultor possa acessar programas públicos como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – que considera como unidade de produção familiar os estabelecimentos com o até 4 módulos fiscais de área.

A opção de trabalhar com este estrato máximo de área (50 ha) permite pesquisar, como dito anteriormente, numa abrangência de aproximadamente 90% dos estabelecimentos rurais do município. Além de trabalhar predominantemente com o grupo de agricultores denominados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) como “periféricos ou de subsistência”.

Segundo MARAFON (2006) a FAO classifica os agricultores familiares em três grupos: consolidados, em transição e os periféricos ou de subsistência. O autor ainda nos fornece o seguinte quadro explicativo com as definições de acordo com FAO/INCRA, 2000.

Consolidados	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 hectares com concentração próxima a 50 ha.
Em Transição	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 hectares com concentração próxima a 20 ha.
Periféricos ou de Subsistência	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente, tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra

	as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 hectares com concentração abaixo de 20 ha.
--	---

Quadro 1. Classificação dos agricultores familiares/Fonte: FAO/INCRA, 2000 apud MARAFON, 2006.

De acordo com a classificação contida no quadro acima concluímos que a maioria dos agricultores com os quais desenvolveu-se a pesquisa podem ser denominados de “periféricos ou de subsistência”, sendo esta a categoria que mais se aproxima do camponês tradicional, que de acordo com a interpretação de WANDERLEY (1996) vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Ainda sobre algumas características do campesinato a autora nos diz,

A autonomia é demográfica, social e econômica. Neste último caso, ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Da conjugação destes dois objetivos resultam suas características fundamentais: a especificidade de seu sistema de produção e a centralidade da constituição do patrimônio familiar (WANDERLEY, 1996).

Para além da simples classificação de uma unidade de produção em familiar ou não baseada no critério do tamanho de tal unidade, a mesma autora nos fala sobre a importância da associação família-produção-trabalho para se compreender a categoria agricultura familiar, categoria esta que, segundo a autora, é genérica, característica que lhe permite abrigar uma diversidade de formas sociais, entre elas o campesinato, como exposto acima.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1996).

São muito comuns no município casos em que os herdeiros “desmembram” as propriedades ao recebê-las, passando as infraestruturas e benfeitorias a pertencer a apenas uma das “novas” propriedades rurais criadas, enquanto as outras passam a constituírem-se em espaços desprovidos de tais infraestruturas, apresentando apenas pastos e/ou plantações. Este processo dificulta a obtenção de informações e identificação de tais propriedades rurais, tendo em vista que estas somam-se às estatísticas do número de unidades de produção agropecuária do município, mas são difíceis de serem diferenciadas, a campo, em propriedades específicas e não áreas pertencentes a outras propriedades rurais, mesmo quando se consegue tal identificação, a localização dos proprietários continua a ser tarefa trabalhosa.

Sobre o desmembramento e consequente fragmentação das propriedades herdadas e as dificuldades impostas à pesquisa por conta deste processo a tabela 2 mostra o grande número de propriedades obtidas por meio de herança e com base nisto pode-se ter uma noção da frequência com que ocorrem as situações relatadas acima.

Tabela 2. Formas de obtenção da propriedade

Propriedade Obtida por	Frequência
Aluguel	5
Arrendamento	7
Assentamento	4
Compra	191
Compra/Herança	7
Doação	5
Herança	110
Outros	3
Troca	1
Usucapião*	1
Sem Informação	13

* Direito à posse de um imóvel em decorrência do uso deste por um determinado tempo.

Fonte: FERREIRA, 2012.

Durante a pesquisa notou-se ser comum no município situações em que o núcleo familiar não dedica integralmente seu tempo de trabalho às atividades agrícolas internas à propriedade. Nestes casos um ou mais membros da família exercem atividades remuneradas fora dos limites da propriedade, na área urbana ou mesmo trabalhando para agricultores mais capitalizados, por vezes vizinhos. Assim, estas pessoas vendem sua força de trabalho em atividades agrícolas e/ou não agrícolas, seja como fonte principal de renda ou para a obtenção de renda complementar. Este fenômeno tem sido denominado por muitos autores como pluriatividade, sendo chamadas famílias pluriativas as que se enquadram no contexto descrito acima.

Sobre a pluriatividade Marafon (2006) nos diz que,

(...) A agricultura familiar se afirma assim como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção; e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Fenômeno esse denominado pluriatividade, o qual se expandiu, entre outros fatores, pela revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar (MARAFON, 2006).

Ainda sobre o tema da pluriatividade, o mesmo autor nos fala sobre as unidades familiares de produção, as famílias pluriativas e as transformações pelas quais estas têm passado como a diminuição da possibilidade de obtenção de renda apenas por meio das atividades agrícolas e a consequente busca por atividades que possam representar uma complementação à renda familiar.

A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, à diminuição da renda agrícola e à busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, tem levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente tem sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas (MARAFON, 2006).

No trecho acima o autor fala sobre o retorno ao campo de pessoas oriundas de áreas urbanas, sobretudo aposentados. Diferentemente do movimento descrito pelo autor, na pesquisa em Rio Claro – SP notou-se uma tendência inversa, com muitos casos em que apenas os aposentados ainda residem no campo, nunca tendo residido na cidade, – enquanto os demais familiares já partiram para a cidade em busca de emprego – e mesmo estes relatam a vontade de deixar a área rural por conta do medo da violência, muito comum na fala de vários entrevistados. Relatos de violência, com roubos a propriedades e agressão a moradores são frequentes, sendo que a quase totalidade dos entrevistados revela já ter sofrido algum tipo de violência dentro de suas próprias residências. O policiamento na área rural se mostra extremamente ineficiente, sendo que em muitos casos a polícia não se desloca até o local quando acionada, seja por dificuldade de acesso e/ou negligência. Porém, não é intenção, aqui, contrariar a tese do autor, generalizando para outras áreas uma situação que pode ser particular de nossa área de estudo ou da região na qual se insere, tendo em vista que os índices de violência no município são elevados. Portanto, a questão demandaria um estudo mais aprofundado.

As tabelas 3 e 4 apresentadas a seguir mostram as principais atividades de proprietários e também a situação dos entrevistados em relação às propriedades. A análise destas tabelas ajuda a visualizar o fenômeno da pluriatividade discutido acima, já que o exercício de outras atividades que não as agrícolas se mostra comum.

A tabela 3 em particular mostra a grande frequência de “caseiros” residindo nas propriedades, em geral, nestas não são desenvolvidas atividades agrícolas ou há o cultivo apenas para o autoconsumo. Chama a atenção nestas situações o fato de o proprietário e sua família residirem na cidade, e, em alguns casos utilizando a propriedade apenas para fins de lazer, geralmente aos finais de semana. Assim, o caseiro atua realizando pequenos serviços de manutenção na propriedade e principalmente exercendo a função de segurança particular, recebendo em troca um pagamento mensal ou mesmo apenas a moradia, tendo em vista que em muitos casos o caseiro tem em outra atividade, seja na área rural ou mesmo na cidade, sua principal fonte de renda.

Tabela 3. Situação do Entrevistado

Situação do Entrevistado	Frequência
Administrador	4
Amigo	3
Arrendatário	11
Caseiro	77
Empregado	9
Inquilino	7
Membro da Família	47
Morador	2
Outros	2
Proprietário	183
Sócio	1
Sem Informação	1

Fonte: FERREIRA, 2012

Tabela 4. Principal atividade/proprietário

Principal atividade do proprietário	Frequência
açougueiro	1
administrador	2
advogado	5
agricultura	53
agricultura (café)	1
agricultura (cana e laranja)	1
agricultura (cana)	7
agricultura (cuida do sítio)	1
agricultura (horticultura)	3
agricultura (laranja)	1
agricultura (manga)	1
agricultura (milho)	2
agricultura (reflorestamento)	1
agricultura (sitante)	1
agropecuária	7
agropecuária (citricultura/pecuária/milho)	1
agropecuária (gado/mandioca/amendoim)	1
agropecuária (leite/cana)	1
apicultura	1
aposentado	57
aposentado/trabalhador rural	1
arrendamento da propriedade	1
assalariado	1
assalariado urbano	6
assalariado urbano (cerâmica)	3
assistência social	1
assistente administrativo	1
autônomo	4
avicultura	9
avicultura (frango de corte)	1
caminhoneiro	1
carvoaria	1
caseiro	1
comerciante	11
comerciante (calçados)	1
comerciante (carros)	1

comerciante (farmácia de manipulação)	1
confeção de roupas	1
construção civil	2
criação de cavalos	2
desempregado	1
despachante	1
diretor de empresa	1
diretor de faculdade	1
dona de casa	5
eletricista	3
empresário	2
empresário (cerâmica)	3
empresário (Etel)	1
empresário (extração de água mineral)	1
empresário (fábrica de estampa para cerâmica)	1
empresário (fábrica de plástico)	1
empresário (fábrica plástico)	1
empresário (indústria)	1
empresário (madeira)	1
empresário (parque de diversões)	1
empresário (pesque pague)	4
enfermeiro	1
engenheiro agrônomo	1
engenheiro civil	1
esteticista	1
fiscal federal	1
fotógrafo	2
frotista de caminhão	1
funcionário público	2
imobiliária	1
logística - Expresso Limeira	1
mecânico	5
médico	4
micro empresário	2
micro empresário (fibra de vidro)	1
morador (sem atividade na propriedade)	5
motorista e administrador	1
olaria	10
olaria/pecuária	1
orquidário	1
pecuária	22
pecuária (gado de corte)	2
pecuária (gado de corte e leite)	3
pedreiro	2
porteiro	2
prestador de serviços gerais	2
produção (frutas)	1
professor	1
professor universitário	2
professor/empresário	1
sem atividade	3
sem atividade (moram na Inglaterra)	1
silvicultura (eucalipto)	2
silvicultura/pecuária	1
tabelião	1
técnico agrícola	2
telefonista	1
trabalhador rural	4
vendedor (frios)	1
Não informado	25

Fonte: FERREIRA, 2012.

Para além das atividades não agrícolas, o desenvolvimento das atividades agrícolas esbarra em grandes obstáculos, como a quantidade ainda pequena de políticas públicas voltadas à pequena produção e ao agricultor familiar, assistência técnica ineficiente e muitas vezes inexistente, a falta de mercados/equipamentos/implementos que possibilitem a diversificação da produção e a muitas vezes ainda incipiente compreensão dos agricultores a respeito da importância do associativismo e cooperativismo na luta pela defesa de seus interesses.

Algumas associações ligadas à agricultura familiar no município vêm conseguindo importantes avanços no sentido de garantir seus direitos, como será mostrado mais a frente no texto, avanços estes que comprovam a importância destas formas de organização e demonstram também a necessidade de se fortalecer e expandir tais iniciativas no município.

O quadro do espaço rural acima descrito leva inúmeras pessoas a buscarem na área urbana do município seu sustento, abandonando junto com suas famílias o campo. Processo que torna comum a existência de propriedades rurais utilizadas apenas para fins recreativos, ou mesmo como simples local de moradia nos casos onde a família não chega a se mudar definitivamente para a área urbana, realizando apenas um deslocamento pendular diário em função do trabalho nesta. O trabalho de campo mostra ser muito comum no município situações em que os pais, já em idade avançada, permanecem no campo, utilizando suas aposentadorias para seu sustento e investimento na propriedade, enquanto os filhos residem ainda no campo, mas se dirigem diariamente à cidade, onde exercem atividades remuneradas.

Como foi descrito acima, o envelhecimento da população em geral e especificamente da força de trabalho é uma realidade do campo no município, com os jovens deixando as propriedades rurais de suas famílias e partindo em busca de trabalho nas cidades da região. Situação esta que envolve uma complexidade de fatores motivadores, desde fatores econômicos a fatores sociais, culturais e educacionais. De acordo com indicadores sociais municipais do IBGE, baseados no Censo Demográfico de 2010, o município de Rio Claro possui cerca de 4.533 pessoas habitando sua área rural, número que representa 2,4% de sua população total. Sendo que o grupo que se enquadra nas idades entre 25 e 59 anos de idade representa 48,8% da população residente na zona rural. Quando somado ao percentual da população com idade de 60

anos ou mais esta proporção sobe para 61,1%, ou seja, os números indicam um envelhecimento da população rural do município, que em sua maioria pode ser classificada como adulta ou mesmo idosa.

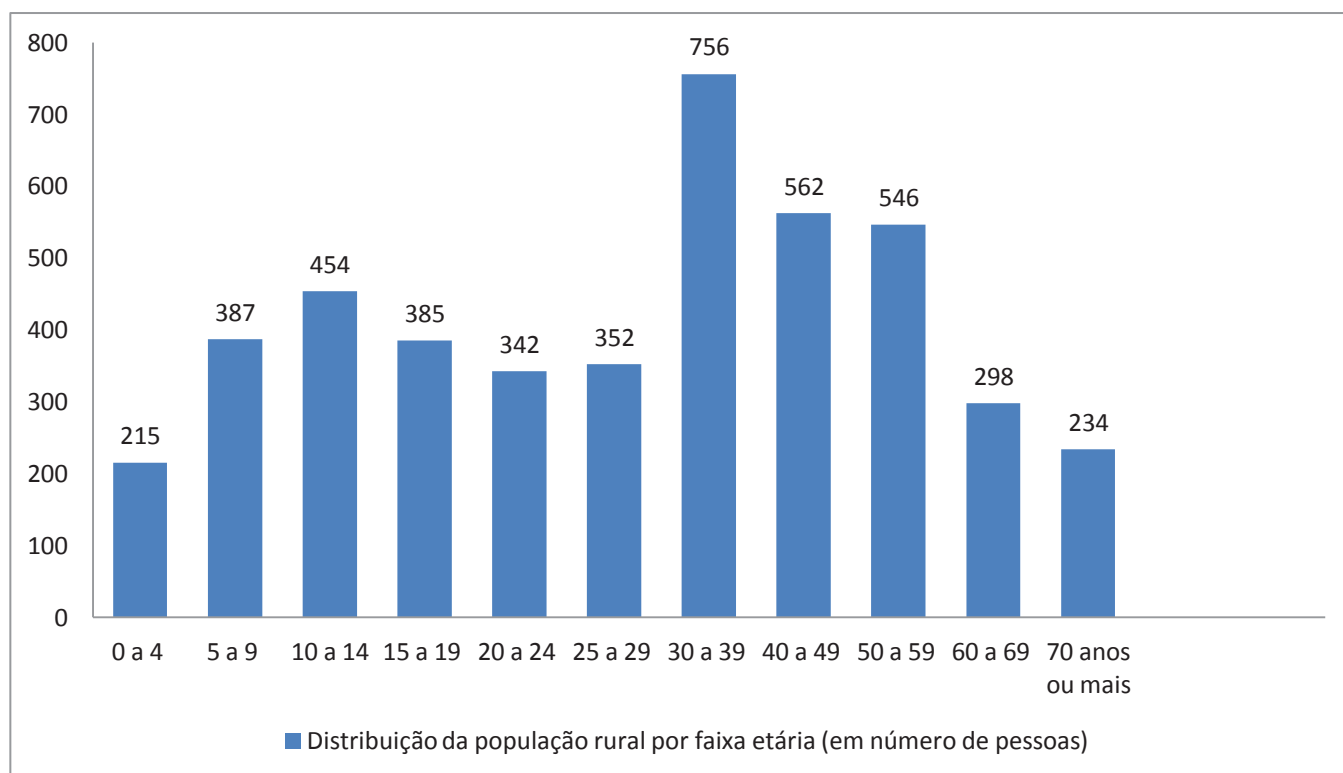


Figura 5. População no meio rural por faixa etária/Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observando o gráfico podemos notar a realidade discutida acima, com maior concentração de pessoas, sobretudo, nas faixas etárias de 30 a 59 anos.

A tabela 5 mostra as diferentes faixas etárias dos membros das famílias entrevistadas e suas respectivas frequências, podemos notar a frequência elevada de entrevistados com mais de 60 anos, evidenciando o envelhecimento da população rural discutido acima.

Tabela 5. Faixa etária dos membros da família

Faixas etárias	Frequência
0 - 1	11
1 - 5	60
5-10	71
10-15	92
15-20	81
20-30	197
30-60	57
+ de 60	229
Não informado	4

Fonte: FERREIRA, 2012.

O baixo número de propriedades rurais utilizadas para a produção de alimentos como hortaliças, verduras e grãos chama atenção no município. Esta baixa produção para a comercialização pode ser explicada, em parte, pela situação de envelhecimento da força de trabalho no campo, tendo em vista que os moradores, em grande parte já em idade avançada, como descrito anteriormente, sobrevivem de suas aposentadorias e cultivam apenas para o seu consumo próprio, ou mesmo preferem comprar os produtos de que necessitam, poupando-se, assim, do desgaste físico decorrente do trabalho para cultivá-los. Outro fator que se associa ao anterior e pode explicar este quadro é a ainda baixa valorização da produção da agricultura familiar. Mesmo que alguns programas federais de incentivo à produção de alimentos estejam presentes no município, a possibilidade sedutora de poder arrendar a propriedade para as usinas produtoras de cana de açúcar – lembrando-se da presença marcante e do peso deste monocultivo na região – e, assim, garantir uma renda mensal complementar à aposentadoria (cujo valor muitas vezes é baixo), podendo poupar-se do desgaste físico do trabalho diário, tendo em vista a idade avançada de grande parte destes agricultores, leva a opção por esta alternativa, que lhes parece mais segura e menos trabalhosa.

A tabela 6 nos fornece a situação da produção agropecuária em Rio Claro-SP.

Tabela 6. Tipos de cultivos e exploração animal

Tipos de cultivos	Frequência
Arroz	12
Cana de açúcar	145
Feijão	16
Frutas	128
Hortaliças	46
Legumes	65
Mandioca	155
Milho	89
Silvicultura	56
Tipos de exploração animal	
avicultura	83
bovinocultura	195
apicultura	5
suinocultura	40
sericicultura	1
ovinos	10
equinocultura	45
piscicultura (tanques)	11
Outros	3
Não informado	254

Fonte: FERREIRA, 2012.

A análise da seção destinada à exploração animal na tabela acima mostra serem altas as frequências da avicultura, suinocultura e bovinocultura. Com exceção desta última atividade que é, na maioria dos casos, destinada inteiramente à comercialização, a criação de suínos e aves além de representar um complemento à renda familiar com a venda eventual de alguns animais, representa também uma fonte de renda não monetária, tendo em vista que as famílias ao consumirem os animais por elas mesmas criados deixam de comprometer parte de seu orçamento mensal com o que seria a compra da fonte de proteína da alimentação diária.

É preciso, aqui, apenas esclarecer que no parágrafo acima ao falarmos da criação de aves e suínos nos referimos àquelas destinadas ao consumo familiar e alguma eventual venda de animais e seus produtos derivados (ovos, por exemplo) e não à situações onde estas atividades adquirem caráter profissional e central nas atividades econômicas desenvolvidas na propriedade. Na maioria destes casos a avicultura e suinocultura esta atrelada a grandes conglomerados do setor alimentício, sendo o produtor rural um “integrado”⁶ desta empresa e a produção destinada inteiramente à

⁶ Sistema de integração: sistema onde a empresa do setor fornece os animais, a alimentação adequada e a assistência técnica. Enquanto o produtor rural fornece e é responsável pelas infraestruturas, mão de obra e

comercialização. A figura 6⁷ nos mostra um caso de integração, muito comum no município.



Figura 6. Produção integrada de aves/(Foto de Melo, S. N., 2011).

conhecimento prático. Este sistema é muito comum nas atividades da avicultura e suinocultura, porém, acarreta alguns problemas. Produtores entrevistados na pesquisa relatam que a carga de trabalho imposta é muito grande, necessitando que o produtor empenhe seu tempo de trabalho quase que inteiramente ao trabalho na granja. Relatam também as dificuldades e barreiras impostas pelas empresas ao produtor que não é integrado e precisa comercializar sua produção.

⁷ As imagens utilizadas neste trabalho são resultantes dos trabalhos de campo realizados pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários – NEA e fazem parte do acervo de imagens do referido grupo.

Das possibilidades de desenvolvimento das atividades não agrícolas

Alguns bairros rurais de Rio Claro-SP (assim chamados pelos moradores locais) apresentam características particulares interessantes ao turismo, como é o caso da Mata Negra, do entorno do Distrito de Ferraz, da Fazenda Velha e do Campo do Cocho. No mais, alguns possíveis atrativos para o turismo rural encontram-se espalhados por toda a área rural do município, como é o caso de pesqueiros, haras e chácaras de veraneio.

As áreas situadas ao longo das margens do Rio Passa Cinco - que marca a divisa de Rio Claro com Ipeúna-SP - também podem ser interessantes ao turismo pela ocorrência de “prainhas” que, inclusive, já são frequentadas por visitantes nos fins de semana. Também situadas às margens do rio há propriedades que inclusive apresentam alguma infraestrutura destinada a receber visitantes, como ranchos e chalés.

A região da Mata Negra apresenta construções antigas, como é o caso da Sede da Fazenda Angélica e o casarão do Barão de Grão Mogol, a Igreja e o Centro Comunitário, e que se enquadram como atrativos históricos, culturais e arquitetônicos. Até hoje o local serve de inspiração para várias lendas e contos em relação ao barão e a baronesa, sendo mantido inclusive seu túmulo em meio ao canavial. O Centro Comunitário e a Igreja funcionam até hoje e sediam algumas festas, principalmente de caráter religioso (quermesses e festas juninas). Há na região também a construção de um hotel fazenda e diversas chácaras destinadas a lazer. A Prefeitura Municipal por meio da Secretaria do Turismo tem tentado implantar um roteiro de turismo rural no local, já tendo sido feitos, inclusive, alguns passeios onde os visitantes foram levados até o bairro com um ônibus panorâmico (jardineira) e recebidos com um café da manhã típico da “roça”.



Figura 7. Casarão do período do café – Barão de Grão Mogol – século XIX/(Foto de FERREIRA, D.A.O., 2011)



Figura 8. Foto panorâmica do Casarão do Barão de Grão Mogol/Fonte: Jornal Cidade (imagem da web)

O distrito de Ferraz e seu entorno apresentam algumas propriedades com construções de arquitetura antiga e fortemente simbólicas na história do município.

Na região do Campo do Cocho há uma propriedade onde os rios Passa Cinco e Cabeça se encontram, formando uma espécie de “prainha” e também uma cachoeira. O proprietário também possui no local um pequeno engenho onde fabrica cachaça. Mesmo com todos os fatores citados o proprietário relata não ter interesse em receber visitantes na propriedade.



Figura 9. Fabricação de cachaça artesanal/(Foto de MELO, S. N., 2011)

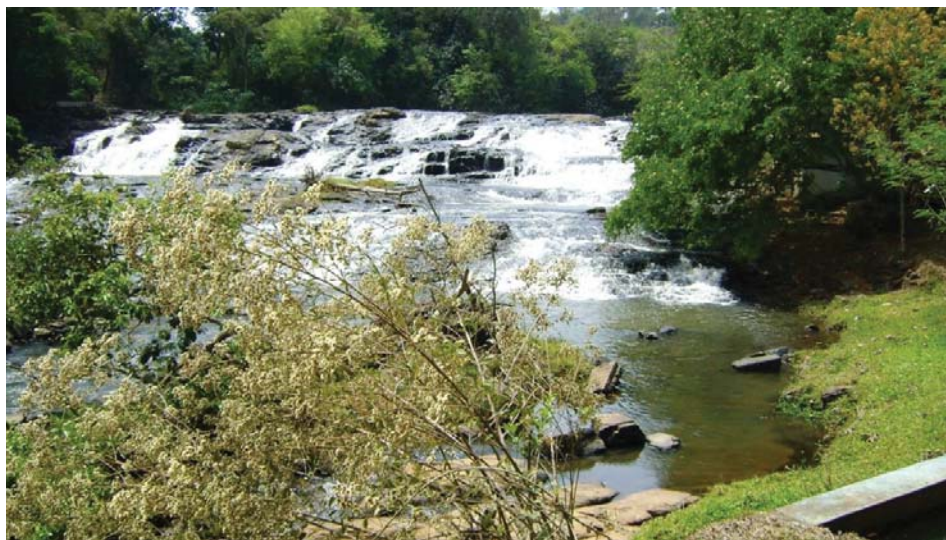


Figura 10. Atrativo natural em potencial/(Foto de MELO, S. N., 2011)

No bairro rural Fazenda Velha existe uma igreja com Centro Comunitário que são construções muito antigas e refletem a história do local, sendo sempre presentes nos

contos dos moradores mais velhos. No local há uma propriedade que abriga uma cachoeira, onde o proprietário relata já haver alugado para a realização de algumas festas. Há uma pequena infraestrutura no local para receber visitantes, porém o proprietário se mostra de certa forma receoso em receber turistas por medo da violência e possíveis roubos que possam vir a ocorrer.



Figura 11. Cachoeira no bairro Fazenda Velha/(Foto de OLIVEIRA, C. M., 2011)

Um aspecto marcante, presente, de maneira geral, em toda a área rural do município é a religiosidade, que se expressa no patrimônio arquitetônico, com a presença de igrejas em praticamente todos os bairros rurais e na realização de festas e quermesses em louvor aos santos padroeiros. Tais festividades mantêm vivas as tradições religiosas e a cultura particular de cada bairro e do conjunto do rural, além de unir os membros de cada comunidade em torno da organização de suas festas e também agregar e estreitar os laços entre as diferentes comunidades rurais do município.



Figura 12. Patrimônio religioso e arquitetônico /(Foto de FERREIRA, D.A.O., 2011)



Figura 13. Religiosidade expressa mesmo que de forma singela/(Foto de Melo, T. S., 2011)

Alguns problemas encontrados podem ser generalizados para todo o município, como é o caso da precária falta de estrutura de acesso à zona rural. A maior parte das

estradas carece de manutenção sendo feito muitas vezes apenas o despejo de cascalho como forma paliativa de cuidado. Em outras situações, a solução adotada é o uso de carros pipas para amenizar o problema da poeira, especialmente em épocas mais secas como no inverno.

Outro problema a ser enfrentado é a distância entre uma localidade com potencial turístico e outra. Muitas vezes a distância e a dificuldade de localização dentro da zona rural pode se configurar como um entrave à atividade turística.

Como dito anteriormente, um fato peculiar visualizado em inúmeras entrevistas é a violência. Muitos proprietários têm medo de que ao expor sua propriedade para o turismo se tornem maiores alvos de assaltos e roubos, fato correntemente relatado pelos proprietários entrevistados no município. Assim, mesmo o desenvolvimento de tais atividades esbarra na precariedade das condições de vida, falta de infraestrutura e violência características do espaço rural do município.

Assim, podemos dizer que insegurança no campo e a precariedade das estradas rurais são uma constante no município, representando um entrave ao desenvolvimento até mesmo das atividades não agrícolas, que dependem da visitação destas áreas por um público na maioria das vezes oriundo das cidades da região e da própria área urbana de Rio Claro.

Um ponto a ser ressaltado trata da forma como as famílias que residem na zona rural veem o turismo rural. É preciso uma maior aproximação e apresentação do assunto por parte do poder público junto aos proprietários, a fim de propiciar um melhor entendimento e compreensão do Projeto de Turismo Rural que se busca.

O Distrito de Ferraz

Uma das principais características do município de Rio Claro é a divisão de sua área rural em distritos e bairros. Como distritos temos Ajapi, Assistência, Batovi e Ferraz. Os bairros são em número mais representativo e definem uma tradição dos moradores locais para sua identificação. No presente trabalho trataremos do distrito rural de Ferraz e suas características, buscando, desta forma, exemplificar como se dá a organização dos bairros rurais do município. Tal distrito possui uma característica interessante no tocante à sua organização e distribuição de sua população, cortado pelo rio Corumbataí a localidade apresenta de um lado do rio população predominantemente de religião católica e de outro população predominantemente de religião protestante.

A escolha pela apresentação do distrito de Ferraz para exemplificação foi feita por entender que este representa, de maneira geral, como se dá a produção agrícola e a organização da área rural no município como um todo e, sobretudo em seus bairros e distritos rurais.

Localizado a aproximadamente 15 km ao norte do município de Rio Claro – SP o percurso principal até o distrito rural de Ferraz é feito pela Rodovia Municipal Corumbataí – Rio Claro.

Abaixo temos a localização do distrito em relação ao município. Ferraz é representado pela terceira e menor “mancha urbana” do mapa (extremo norte deste). Partindo-se de Rio Claro, a maior “mancha urbana” e seguindo sentido norte passa-se pelo distrito de Ajapi e logo após chega-se ao distrito de Ferraz.

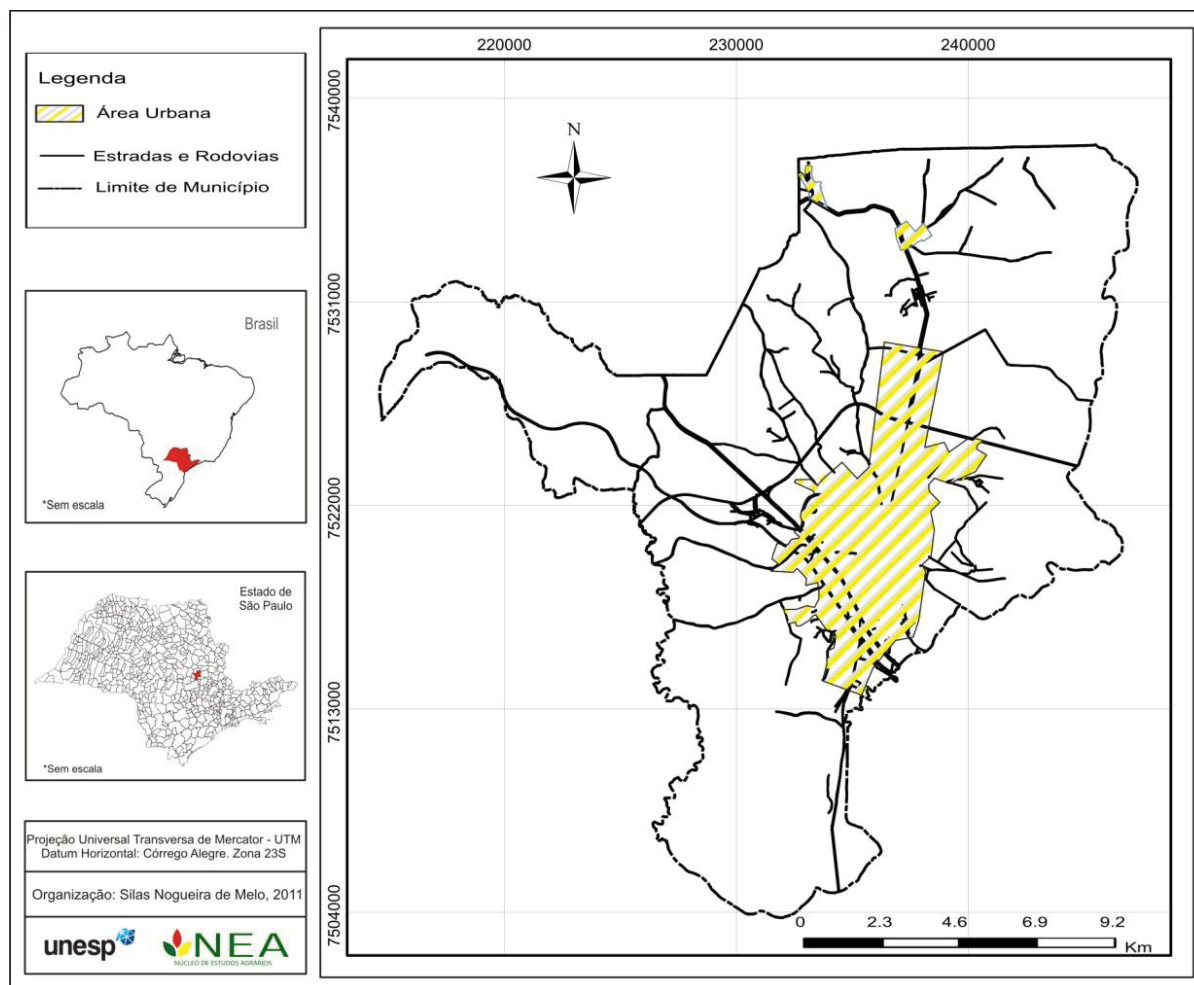


Figura 14. O município de Rio Claro/Fonte: FERREIRA, D. A. O., 2012.

De acordo com jornais locais, o distrito de 129 anos de idade tem seu marco de fundação no ano de 1883, quando da construção da Estação Ferroviária da Companhia Paulista de Linhas Férreas e Fluviais, popularmente conhecida como Companhia Paulista. O distrito se constituiu dentro das terras da fazenda de João Batista Ferraz, de quem recebeu o nome. Sua população é constituída, em sua maior parte, por descendentes de imigrantes europeus, sobretudo, italianos (tradicionalmente católicos) e alemães e suíços (tradicionalmente luteranos).

O prédio da antiga estação ferroviária ainda existe e sua infraestrutura tem potencial para ser utilizada (para atividades culturais, por exemplo), atraindo visitantes interessados não só na história do distrito, mas também na história da região e do próprio estado de São Paulo, tendo em vista que a estação e a própria “Companhia

Paulista” ocupam lugar importante na História. Porém, o prédio se encontra abandonado, como podemos notar na foto a seguir.



Figura 15. Antiga estação ferroviária no Distrito de Ferraz./(Foto de FERREIRA, D. A. O., 2011)

No referente ao turismo rural não foram identificados no entorno do distrito aspectos que possam representar grandes atrativos em potencial, porém, deve-se considerar a presença do rio Corumbataí, que pode ter suas águas utilizadas para fins de lazer (pesca, por exemplo), embora não tenha sido constatada nenhuma prática sendo desenvolvida neste sentido. No mais, há nas proximidades algumas chácaras e haras utilizados para lazer, mas apenas por seus proprietários.

É importante dizer que os próprios agricultores não vislumbram a possibilidade de desenvolver atividades de turismo em suas terras. Relatando não haver potencial para isto, ou mesmo, nunca terem se quer pensado na possibilidade. Tal fato denota um traço cultural dos agricultores, o que pode gerar certa resistência, por parte destes, em acatar a

atividade turística, mesmo em casos em que haja, na propriedade, potencial para isto. Assim, a pretensão do poder público municipal em implantar um roteiro de turismo rural bem estruturado demandará intenso trabalho no sentido de se apresentar a atividade como uma possível fonte de renda ao agricultor. Além da necessidade de se dotar o município com os aparatos e serviços necessários ao desenvolvimento destas atividades.

Quanto à produção agrícola, as propriedades rurais visitadas no entorno do distrito seguem o mesmo padrão de baixa produção de alimentos básicos apresentado pelo conjunto do município. Podemos visualizar a situação através da tabela 7, onde com base nos 28 questionários aplicados temos as frequências, por produtos, do número de entrevistados que relataram produzir em seus estabelecimentos.

Tabela 7. Tipos de cultivos e exploração animal.

Tipos de cultivos	Frequência
Arroz	0
Feijão	1
Frutas	6
Hortaliças	5
Legumes	2
Mandioca	3
Milho	6
Silvicultura	1
Tipos de exploração animal	
avicultura	3
bovinocultura	7
apicultura	0
suinocultura	2
sericicultura	1
ovinos	0
equinocultura	1
piscicultura (tanques)	0
Outros	2
Não informado	0

Fonte: FERREIRA, 2012.

Na análise da tabela acima chama a atenção a baixa produção de aves e suínos, duas das principais fontes de renda não monetária da agricultura familiar, visto que o preço para se comprar tais fontes de proteínas no mercado é mais alto que para se comprar verduras, frutas ou outros alimentos básicos.

O envelhecimento apresentado pela população rural em outras áreas do município também é evidenciado em Ferraz, basta notar que dentre os 28 entrevistados no distrito, apenas 4 estão na faixa etária de menos de 40 anos. Ao mesmo tempo em que 17 das 28 pessoas ouvidas ocupam as faixas etárias de mais de 50 anos de idades.

A pesquisa no distrito de Ferraz apresentou uma diferenciação interessante em relação ao conjunto do município no que diz respeito à proporção de caseiros em relação aos outros tipos de moradores das propriedades rurais. Em Ferraz a presença da figura do caseiro é, também, marcante, porém, nas entrevistas o número de caseiros revelou-se praticamente igual ao número de proprietários residindo com suas famílias nas propriedades. A tabela 8 mostra os números.

Tabela 8. Frequência dos residentes nas propriedades

Reside na propriedade	Frequência
Caseiro	9
Vigia	1
Proprietário e família	10
Trabalhador Assalariado	4
Inquilino	2
Ninguém	2

Fonte: FERREIRA, 2012.

Os dados expostos e a análise geral faz concluir que as características do campo no entorno do distrito de Ferraz não diferem significativamente das apresentadas pela totalidade do município. Merecendo especial atenção a presença marcante do fenômeno da pluriatividade entre os membros das famílias entrevistadas e a baixa utilização das propriedades para a produção de alimentos.

Das Políticas Públicas

Diante do exposto até aqui, notamos a necessidade de políticas públicas que possibilitem às famílias rurais permanecer no campo, com seu trabalho valorizado, garantia de segurança e acesso aos bens e serviços de que necessitam para suprir suas demandas cotidianas.

Alguns programas federais estão presentes no município por meio do envolvimento da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Ação Social como são os casos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais programas mesmo que de forma ainda discreta já sinalizam para uma saída aos problemas anteriormente citados e a um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar no país, a comercialização de seus produtos. Desta forma, o governo federal através da compra institucional dos produtos agropecuários produzidos pela agricultura familiar, garante às famílias envolvidas nos programas um incremento em sua renda, ainda que este seja pequeno. O PAA e o PNAE configuram-se, assim, como políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de combate à pobreza e insegurança alimentar.

Torna-se necessário, aqui, que se faça uma breve apresentação dos programas citados e suas formas de operacionalização no município.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003 no bojo de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero, visando implementar ações no âmbito das políticas agrícola e de segurança alimentar com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome (MATTEI, 2007).

O PAA destina-se à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e objetiva, por um lado, incrementar a renda dos agricultores através de mecanismos de compra da sua produção a preços de mercado e, por outro, a formação de estoques e a distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Assim, trata de articular a produção agrícola familiar e o consumo institucional de alimentos, visando o

restabelecimento dos estoques estratégicos de alimentos (SANTOS, 2009). O PAA configura-se, assim, como uma política de fortalecimento da agricultura familiar e de combate à pobreza e à insegurança alimentar.

O Programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo decreto nº 4.772, de 02 de julho de 2003.

A gestão nacional do programa é regida por um comitê interministerial, em que fazem parte o Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Educação, sendo a operacionalização das ações de responsabilidade da CONAB e do MDS. A nível municipal, em Rio Claro o Programa é operacionalizado pela Secretaria Municipal de Ação Social.

Conforme Santos (2009), programa é composto pelas modalidades que se apresentam abaixo.

Compra Direta da Agricultura Familiar - CD

Visa incrementar a renda dos agricultores familiares enquadrados no PRONAF, inserindo-os comercialmente pela compra direta de sua produção a preços de mercado, para constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB, por meio de convênio celebrado com o MDS ou com o MDA, tendo abrangência nacional, permitindo acesso do agricultor familiar de forma individual, cooperativada ou associativa.

Formação de Estoques da Agricultura Familiar – FE (CPR Estoque)

Modalidade que adquire alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano, visando formação de estoques em suas próprias organizações, devida e previamente credenciadas, pelo MDA, possibilitando a liberação de recursos a partir da emissão da Cédula de Produto Rural (CPR Estoque), viabilizando a sustentação de preços e agregação de renda. É operada pela CONAB, por meio de convênio com o MDA e MDS, estendida ao território nacional, e o acesso ocorre por cooperativas e associações.

Compra para Doação Simultânea – DS

Promove a articulação entre a produção de agricultores familiares com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e dos programas sociais da localidade para atendimento de banco de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Desta forma, promove o desenvolvimento da economia local no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. A modalidade é operada pela CONAB, pelos governos estaduais ou municipais por intermédio de convênios firmados com o MDS, extensivo ao plano nacional, e o acesso ocorre de forma individual, cooperativada, associativa ou através de grupo informal.

Programa do Leite - PAA Leite

Visa propiciar o consumo do leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e, ao mesmo tempo, incentivar a produção familiar, permitindo a aquisição e distribuição do leite com garantia de preços. É operacionalizado por meio de convênios celebrados entre o MDS e os governos estaduais, restrito aos estados da Região do Nordeste e ao norte de Minas Gerais, onde o MDS define os critérios de acesso ao produto e as condições de produção e preços. Aos agricultores familiares o acesso pode ser individual, por cooperativas, associações ou grupos informais.

Estas seriam as estratégias e formas de operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos, para o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia da segurança alimentar a pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem sua origem na década de 1940 com as primeiras propostas para que o governo federal fornecesse alimentação aos alunos da rede pública de educação. Desde então passou por várias mudanças de nomenclatura e formas de operacionalização, mas é no ano de 2009 que, por meio da sanção da Lei 11.947, de 16 de junho, adquire a forma na qual se mantém até os dias de hoje. Neste ano o Programa passou a abranger toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos e é também em 2009 que o Programa é atrelado oficialmente à agricultura familiar e passa a beneficiar não só alunos, mas também as

famílias rurais com a garantia por lei de que no mínimo 30% dos repasses de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar para serem destinados à merenda escolar.

No município o PNAE está sob as responsabilidades da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Silvicultura.

Algumas associações de produtores do município estão envolvidas nos programas citados e vêm conseguindo importantes progressos. São elas a Associação dos Agricultores Familiares de Rio Claro e Região e a APIRC – Associação dos Apicultores de Rio Claro, sendo que esta vem de uma recente e importante conquista que possibilitou a inclusão do mel na lista dos produtos destinados à merenda escolar, por meio do PNAE. Porém, quando comparado ao número total de agricultores do município, o número de produtores que participam dos programas e das associações se revela pequeno, situação que pode ser reflexo da pouca divulgação a respeito dos programas, da ainda insuficiente organização dos produtores ou da própria descrença na efetiva atuação do poder público, gerando um quadro que demanda tempo e um intenso trabalho para ser revertido, já que a descrença com relação ao poder público está arraigada na cultura de gerações de agricultores. De acordo com próprios membros de algumas associações, os agricultores do município, de modo geral, ainda não estão conscientizados a respeito da importância da associação e cooperação como forma de luta por seus direitos, sendo que muitos ainda preferem trabalhar individualmente em seus estabelecimentos a se associar e participar de reuniões frequentes para discutir a agricultura no município. Ainda de acordo com alguns agricultores a situação de descrença na atuação do poder público demandará alguns anos (alguns falam até mesmo em uma década) para ser modificada. O número de agricultores membros de associações quando comparado ao número total de estabelecimentos rurais do município pode tornar visível o atual quadro descrito acima. De com dados do LUPA 2007/2008, são ao todo 990 estabelecimentos rurais existentes no município e o número de associados nas duas associações mencionadas acima ultrapassa em não muito 110 associados, número pequeno mesmo levando-se em conta que existem casos onde um mesmo agricultor detém mais de um estabelecimento rural.

As políticas públicas implementadas pelo governo federal, das quais tratamos acima, já produzem resultados importantes para a geração de renda e manutenção das

famílias no campo, possibilitando um maior acesso a infraestruturas e aos serviços capazes de suprir as necessidades básicas dos cidadãos, como educação, saúde e moradia digna. Porém, tais políticas ainda estão se estruturando e ganhando corpo no município. Com um número ainda pequeno de agricultores inseridos nos Programas, número este que vem crescendo mediante a ação do poder público e também à própria divulgação e popularização dos Programas entre os agricultores, já que, inicialmente, muitos destes, se mostram receosos ou mesmo duvidosos quanto à efetiva atuação do poder público, seja a nível municipal, estadual ou federal. Assim, estes Programas ainda são insuficientes para dar conta das disparidades existentes no campo.

O estudo da OCDE conclui também que é necessária a adoção de políticas públicas direcionadas para mudanças estruturais, como reforma agrária, e para investimentos de longo prazo em áreas como infraestrutura, pesquisa e extensão rural que capacite os agricultores para a melhoria de suas habilidades e para a diversificação da renda (SILVA, [s/d], p.3).

Durante a pesquisa constatou-se a insuficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural, com agricultores se queixando por não receberem este serviço de grande importância para o desenvolvimento da agricultura familiar no país.

A assistência técnica e a extensão rural vêm durante anos recebendo pouca atenção por parte de sucessivos governos, porém, a nova Lei de ATER de 2010 aponta para possíveis e importantes mudanças com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

No tocante as infraestruturas, o Presidente da Associação dos Agricultores Familiares de Rio Claro e Região relata que o município ainda não possuiria capacidade para receber e armazenar os produtos destinados ao PAA e PNAE caso os agricultores conseguissem fornecer as cotas máximas estipuladas pelo governo federal.

A elaboração e operacionalização de uma política pública exige um constante processo de avaliação, para que se possam reconhecer os pontos falhos e trabalhar para corrigi-los, buscando-se sempre uma maior eficácia desta política. Sendo assim, a

avaliação deve ser uma prática constante no ciclo de uma política pública. A avaliação não é, estritamente, a última fase do ciclo de uma política pública, mas sim uma fase constante no processo de elaboração e implementação de uma política (GRISA, et al, 2009, p. 2).

Para avaliação de políticas públicas Tonneau e Sabourin (2007) apresentam uma matriz de análise voltada para a agricultura familiar. Desta matriz constam: uma caracterização da região de aplicação da política; a situação encontrada e as características da agricultura familiar na área de aplicação, identificando os tipos de agricultura familiar encontrados e as produções agropecuárias, a diversidade dos sistemas de produção e os circuitos de comercialização e o lugar da agricultura familiar nesses circuitos; os principais atores: serviços do Estado, organizações dos produtores (sindicatos, cooperativas, associações), ONGs e instituições representativas, seus programas e projetos; e os principais efeitos de interação entre políticas públicas e as dinâmicas locais da agricultura familiar.

Considerando-se que as políticas públicas locais se estruturam em programas de diferentes origens no que diz respeito às esferas da administração pública (federal, estadual e municipal), torna-se tão importante quanto o processo de avaliação de tais políticas o esforço de articulação entre estes diferentes programas.

Como na maioria dos casos as políticas públicas locais são compostas por programas governamentais de distintas procedências (federal, estadual, municipal; além de programas não governamentais ou da cooperação técnica e/ou financeira internacional), uma das questões importantes no exame de sua implementação diz respeito à articulação desses diferentes programas e políticas. Neste sentido, deveríamos considerar as arenas decisórias e os espaços públicos institucionais existentes não apenas como espaços de representação e participação dos atores no processo da política, mas também de possível articulação dos programas existentes. Em ambos os casos, estamos tratando de questões políticas, que dizem respeito a relações de poder, e não de questões meramente técnico-administrativas, o que significa que a consideração do empoderamento dos diferentes atores e instituições é crucial para avançar nessa problemática e as questões técnico-administrativas têm de ser contempladas também dessa perspectiva. O tema dos obstáculos existentes para a articulação entre políticas, e entre políticas e instituições, e das estratégias que podem ser definidas para superá-los, poderia ser explorado levando em conta precisamente esses três componentes: (a) os programas governamentais de distintas procedências; (b) as arenas decisórias e os espaços públicos existentes no território; e (c) a questão do empoderamento dos distintos atores e agências institucionais nos espaços públicos existentes e seus efeitos sobre as possibilidades de articulação das políticas e das instituições (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007, p. 4).

Como exposto no trecho destacado acima o empoderamento dos diferentes atores sociais e instituições se faz importante para a implantação, operacionalização e articulação de políticas públicas eficazes para se combater as dificuldades e vencer os desafios colocados às famílias de agricultores do país na atualidade.

Compreender como articulam-se os diferentes atores dentro do território, entre si e com o poder público, e, sobretudo, a forma como ocorre a descentralização das atividades governamentais com a criação de novas esferas de discussão e tomadas de decisões e de novos atores como movimentos e organizações sociais, se faz condição fundamental na promoção da chamada territorialização da governança. Assim, a abordagem da territorialização da governança busca utilizar a noção de território como um *locus* espacial e socioeconômico privilegiado para implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade que tiveram um papel relevante no processo de democratização política do Brasil a partir da metade da década de 1980 (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007, p. 6).

Cabe explicar, aqui, que ao tratar da descentralização das atividades do Estado não nos referimos à ideologia e todo o receituário neoliberal encampado pelo Consenso de Washington que trazia consigo a proposta de desmonte do Estado nacional, com a redução da capacidade de intervenção deste na economia e outros setores estratégicos, deixando para o mercado e a iniciativa privada a responsabilidade pelo crescimento e desenvolvimento do país. Esperamos, aqui, que este possa se caracterizar como um processo que dê maior voz aos atores, trabalhadores e movimentos sociais. Nunca diminuindo a importância da atuação do Estado em seu território, onde deve atender às necessidades e reivindicações da sociedade civil e não aos interesses liberais e corporativos.

Assim, tais práticas podem ser utilizadas como instrumentos de luta e participação ativa da sociedade civil nas tomadas de decisões. Porém, existe o risco de que este processo seja enviesado para atender a interesses conservadores. Sobre estes riscos nos fala Sabourin (2009),

O principal problema desta visão consiste em se unir às teses mais liberais em matéria de desenvolvimento rural e defender políticas sociais de luta contra a pobreza rural que se limitem essencialmente a tentar corrigir a exclusão produzida pelas falhas dos mercados e dos instrumentos de política agrícola neoliberal (SABOURIN, 2009, p. 40).

Ainda sobre este possível enviesamento, faço uso de outro trecho do autor, onde este utiliza um caso específico como exemplo.

Uma primeira experiência de descentralização da decisão sobre as infraestruturas coletivas destinadas à agricultura familiar (Schneider e outros., 2003) passou pela implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Na realidade, dado o seu estatuto consultivo e a grande liberdade dos prefeitos para escolher sua composição, seu papel sempre foi ambíguo, ou até mesmo pseudoparticipativo. No melhor dos casos, o CMDR teria que gerenciar os créditos agrícolas e de infraestruturas, bem como a privatização parcial da assistência técnica. Todavia, embora tenham sido enviadas ou frustradas, essas iniciativas caminham em direção a uma inscrição territorial destas ferramentas e à elaboração de instrumentos de políticas públicas específicos para a agricultura familiar. Neste sentido, constituem ganhos, por vezes irreversíveis, devido às dinâmicas de aprendizagem que produziram. Proporcionam também novas bases de negociação de instrumentos co-construídos entre os grupos e organizações de agricultores, a sociedade civil e os poderes públicos (SABOURIN, 2009, p. 47).

Neste capítulo do trabalho deu-se, portanto, uma tentativa de se realizar uma discussão acerca de políticas públicas para agricultura e os Programas desenvolvidos no município, considerando possíveis medidas a serem executadas, ou já executadas, pelo poder público na busca de proporcionar às famílias rurais meios para ter seu trabalho valorizado e se reproduzir social e territorialmente com dignidade.

Conclusões

Com base no exposto e na vivência cotidiana da pesquisa notamos o pequeno número de ocorrência de casos onde se encontram presentes e de forma associada família-produção-trabalho, trinômio fundamental que caracteriza a agricultura familiar e do qual decorre seu comportamento e papel econômico e social. Assim, talvez seja o momento de se buscar a construção de outra categoria de análise, que possa dar conta da pluralidade e complexidade de situações existentes.

Na obra por vezes citada neste trabalho, Eric Sabourin (2009) remete a Caio Prado Júnior e sua análise marxista, na qual o autor afirma haver no Brasil pequenos produtores autônomos, integrados de forma dependente ao mercado, os quais este denomina pelo termo “pequena lavoura”, como podemos observar no trecho a seguir,

No Brasil, para Prado Jr. (1942), se teria passado diretamente da escravatura para o assalariamento dos trabalhadores rurais. No que tange aos pequenos produtores autônomos que sempre existiram e que ele agrupa sob o termo “pequena lavoura”, estes estariam historicamente integrados ao sistema capitalista sob uma forma dependente (SABOURIN, 2009, p. 29).

Desta forma, talvez se possa começar considerando tais reflexões e a partir disto se prosseguir no esforço de buscar as repostas às questões que se colocam. Porém, a elaboração de uma nova categoria de análise não é, neste momento, escopo ou pretensão deste trabalho, haja vista, que uma empreitada teórica de tamanha grandeza demanda estudos aprofundados, forte exercício de reflexão e acúmulo de conhecimento teórico e empírico.

No que diz respeito à multifuncionalidade dos territórios e da paisagem rural, com relação ao turismo, é possível se pensar a atividade como geradora de renda complementar às famílias rurais em algumas localidades específicas do município, sobretudo, nas proximidades de alguns poucos bairros e ainda de forma incipiente. Assim, à pretensão do poder público local de se implantar um roteiro de turismo rural se colocam vários obstáculos já discutidos anteriormente. Desta forma, esta ação – sobretudo política – terá de ser muito bem desenvolvida e planejada, articulando e

ouvindo-se os diversos atores envolvidos no processo, para que este não se dê de forma artificial e verticalizada.

Indo além da geração de renda às famílias do campo, é interessante se pensar na atividade turística como uma possível atividade educadora, na medida em que os visitantes ao tomarem contato com as áreas rurais e as práticas agrícolas, culturais e sociais que nelas se dão e sua relação com os recursos naturais e biodiversidade, possam compreender a importância deste modo de produção agrícola de base familiar na promoção do desenvolvimento econômico e social do país – com a superação das históricas desigualdades que comportamos –, e, assim, compreender que a luta que se trava todos os dias no campo não é apenas dos trabalhadores rurais, mas de toda a sociedade.

Com relação à agricultura familiar, no que diz respeito a algumas de suas funções básicas (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009) como a de garantir a reprodução socioeconômica das famílias rurais, promover a segurança alimentar, manter o tecido social e cultural e preservar os recursos naturais, notamos que em Rio Claro – SP o cumprimento destas funções está totalmente comprometido pelo excludente modelo econômico agroexportador adotado pelo país nos últimos anos. Modelo este que no município se manifesta espacialmente na configuração de um campo vazio (de pessoas, diversidade de cultivos e biodiversidade) com a presença cada vez maior de monoculturas (principalmente a canaveira⁸), degradação e esgotamento dos recursos naturais e baixa produção de alimentos básicos que compõem a mesa do cidadão. Estes fatores se fazem notar pela monotonia da paisagem em certas áreas rurais.

Em decorrência do quadro descrito acima nota-se, também, a gradual perda da identidade social e da sociabilidade entre diversos grupos e comunidades rurais. Situação esta que pode fazer desaparecer o “saber-fazer” e conhecimentos tradicionais que se construíram historicamente. Reforçando ainda mais a atual crise que paira sobre

⁸ Ao tratarmos do agronegócio não podemos deixar de tratar também da baixa geração de empregos e da precarização do trabalho pelo qual este é responsável. Com trabalhadores emigrando de áreas de alta concentração de miséria e com baixa oferta de emprego, sobretudo do Nordeste, para se submeter ao trabalho extenuante na lavoura da cana de açúcar. Sendo muitas vezes submetidos a regimes de trabalho análogos à escravidão. Assim, a agricultura familiar além de gerar maior número de postos de trabalho por hectare, gera também empregos dignos, onde não ocorre a exploração do ser humano pelo capital.

a produção de alimentos. Decorre, também, deste fato a atual preocupação com a segurança alimentar e nutricional na atualidade.

Concluí-se, então, que o verdadeiro papel da agricultura de base familiar no município de Rio Claro – SP, assim como no conjunto do país, só pode ser desempenhado mediante políticas que garantam acesso à terra e valorização do trabalho e saber-fazer do agricultor familiar, garantindo a possibilidade de permanência e reprodução das famílias no campo, respeitando suas identidades, tradições, costumes e modos de produzir. Desta forma se estará construindo verdadeiros territórios, dotados de identidade e possibilidades de desenvolvimento humano, que emanam das práticas sociais e espaciais dos sujeitos que neles vivem, trabalham e os fazem frutificar.

Referências

- BUARQUE, S. C. et al. **Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, 2012.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Rio de Janeiro: IICA – OPPA/CPDA, 2007.
- DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 13. n.2, 2011.
- FERREIRA, D. A. O.; et al. **Relatório Científico/CNPq**. Rio Claro: UNESP. 2012. (mimeo)
- FERREIRA, D. A. O., [ROMANATTO, M. J.](#), ROSA, F. A., BONALDO, C. S. **Caracterização do potencial das propriedades rurais familiares em Rio Claro-SP para a multifuncionalidade**. In: V Simpósio Reforma Agrária e questões rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento, 2012, Araraquara. **CD-ROM : V Simpósio Reforma Agrária e questões rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento**. Araraquara, 2012. V.1. p.1-25.
- FERREIRA, D. A. O. ; [ROMANATTO, M. J.](#) ; [MAIA, A. C.](#) ; [FERREIRA, E. R.](#) . **Análise da Multifuncionalidade em Propriedades Familiares Através dos Elementos Internos e Externos do Sistema Agricultura em Rio Claro-SP/BR**. In: IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, 2012, Lisboa. Actas do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Lisboa, 2012. v. I. p. 76-95.
- FUNDAÇÃO IBGE. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE. 2010.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- GRISA, C et al. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate**, 2009. Disponível em: <
http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>
Acesso em: 15 set. 2011.
- JORNAL CIDADE DE RIO CLARO. **Pesquisa aponta que Ferraz tem 128 anos**. Disponível em: <http://jornalcidade.uol.com.br/rioclaro/municipios/ferraz/79870-Pesquisa-aponta-que-Ferraz-tem-128-anos>. Acesso em: 25 set. 2012.

MARAFON, G. J. **Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.1, n.1, p.17-60, Uberlândia, 2006.

MATTEI, L. F. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa**, 2007. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/Pos-Graduacao/Lato-GARCA/Texto3_PAA_Mattei.pdf> Acesso em: 9 set. 2011.

MELO, S. N. Mapa de Rio Claro. 2011.

PAA – **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em: 04 set. 2012.

PAA – **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> Acesso em: 04 set. 2012.

PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>> Acesso em: 24 set. 2012.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, C. R. dos. **Reflexão sobre o Programa de Aquisição de Alimentos e agricultura familiar no nordeste**, 2009. Disponível em: <<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/ReflexaoPAA.pdf>> Acesso em: 12 set. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo – LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 22 set. 2012.

SILVA, F. C. **Programa de Aquisição de Alimentos e os agricultores assentados e reassentados do município de Pereira Barreto – SP**, [s/d]. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Flaviana%20Cavalcanti%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 15 set. 2011.

SPAGNOLI, M. V.; ROSA, F. A. **Relatório de atividades de estágio na Prefeitura Municipal de Rio Claro – SP**. Rio Claro, p. 1-4, 2011 (Mimeo).

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995.

_____, Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **XX Encontro anual da ANPOCS**, Caxambu, 1996.